

1 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DA**
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) COM A DIRETORIA DO COMITÊ**
3 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIABANHA E DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS**
4 **PAQUEQUER E PRETO (COMITÊ PIABANHA), REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE**
5 **DOIS MIL E DOZE, NO ESCRITÓRIO DA LIGHT, NO RIO DE JANEIRO - RJ.** Aos vinte e seis dias de
6 abril do ano de dois mil e doze, no escritório da Light, no Rio de Janeiro (RJ), foi realizada a Reunião do Conselho
7 de Administração (CA) da AGEVAP com a Diretoria do Comitê Piabanha (CBH Piabanha), com a **presença dos**
8 **conselheiros:** Friedrich Wilhelm Herms, Sueleide Silva Prado, Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo Teodoro de
9 Carvalho e Juarez de Magalhães; e dos **seguintes convidados:** José Carlos Lemgruber Porto (Diretor-Presidente -
10 CBH Piabanha), David Michael Miller (Diretor-Administrativo - CBH Piabanha), André Soares de Mello,
11 (Membro Titular - CBH Piabanha), Hendrik Mansur (Coordenador de Gestão – Diretoria-Executiva da AGEVAP),
12 Roberta Machado (Analista AGEVAP), Daiane dos Santos (Assistente AGEVAP) Wallace Serafim Pavão
13 (Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA), Giselle de Sá Muniz, (Administradora GEAGUA/DIGAT/INEA),
14 Teresa Barbosa, (TextoArte Comunicação), Daniel Rezende (TextoArte Comunicação) e Gisela Sanches
15 (TextoArte Comunicação). **1 – APRESENTAÇÃO.** A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de
16 Administração, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que iniciou o encontro agradecendo a presença de todos. Em seguida,
17 o Presidente falou sobre o objetivo do encontro, esclarecendo que o Conselho de Administração está procurando
18 organizar e identificar pontos onde a Agência de Bacias (AGEVAP), como prestadora de serviço, pode melhorar o
19 atendimento e as necessidades dos diversos Comitês. Explicou também que, atualmente, a AGEVAP possui um
20 contrato, com a Agência Nacional de Águas (ANA), para atender o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do
21 Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e dois contratos, com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA),
22 para atender os quatro Comitês Fluminenses e o Comitê Guandu e que, além das reuniões que vão ser realizadas
23 com esses Comitês, o Conselho já se reuniu com a Diretoria do CEIVAP para tratar do mesmo assunto. Em
24 seguida, fez uma explicação sobre os contratos dizendo que, diferente da ANA, o contrato com o INEA é exclusivo
25 para fazer o atendimento como Secretaria Executiva, ou seja, ajudar na organização dos Comitês, dar
26 encaminhamentos aos documentos e gastar o mínimo na operacionalização, não tendo, portanto, nenhuma
27 atribuição para investimentos em projetos, situação que poderá ser revertida desde que o Comitê decida por esta
28 opção. O Presidente usou o CEIVAP para exemplificar que no contrato com a ANA a AGEVAP recebe o recurso
29 total de arrecadação da cobrança na bacia. Nos Comitês Fluminenses o INEA só repassa parte da arrecadação, por
30 isso, ficou acertado que os recursos são para financiar apenas a Secretaria Executiva do Comitê. Disse ainda, que as
31 reclamações para o cumprimento de alguns serviços tem preocupado o Conselho. Ele explicou que a AGEVAP tem
32 de seguir o Regimento Interno dos Comitês, bem como o seu próprio Regimento Interno e Estatuto, o que, algumas
33 vezes, limita a execução de algumas demandas. Por este e outros motivos é que a AGEVAP decidiu ouvir os
34 Comitês para saber o que pode ser melhorado, a fim de que os Comitês fiquem satisfeitos com os serviços
35 prestados. Após a apresentação, o Presidente do CA passou a palavra ao Diretor-Presidente do Comitê Piabanha, Sr.
36 José Carlos Lemgruber Porto, que iniciou sua fala fazendo uma rápida retrospectiva sobre a criação do Comitê e do
37 desejo que já existia, há muitos anos, de ter a AGEVAP como Agência de Bacia. José Carlos, disse não haver
38 reclamações sobre a prestação de serviço da AGEVAP, mas expôs a dificuldade que estão tendo com três projetos
39 de Estação de Tratamento de Esgoto, localizadas em três regiões da cidade de Teresópolis. Ele explicou que o
40 recurso alocado para o Comitê aconteceu no final do governo anterior, para atender os projetos que estavam em
41 andamento na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). Mas que devido às irregularidades os projetos não vão
42 obter o aval do Comitê para serem executados. Após as explicações, o Diretor-Presidente do Comitê solicitou a
43 ajuda da AGEVAP para resolver esta situação. Neste momento o Secretário do CEIVAP e representante da LIGHT,
44 Sr. Alexandre Nascimento da Silveira, compareceu ao local para dar as boas-vindas aos visitantes, fazendo as
45 honras como anfitrião da Casa. Dando seguimento ao assunto, o Diretor de Administração do Comitê Piabanha, Sr.
46 David Michael Miller, informou que o Comitê tentou acompanhar os projetos antes da sua execução, mas que,
47 apesar de o pedido ter sido feito no ato da contratação, só tiveram a autorização para participar do acompanhamento
48 após o recebimento de uma carta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI). O documento mostrava
49 que o dinheiro havia saído da conta do Comitê para pagar a empresa contratada, ou seja, não foi possível saber
50 como o recurso foi gasto e só depois da ajuda do INEA é que obtiveram os documentos para entender o processo. O
51 Presidente do CA ressaltou que este item não está contemplado no Contrato de Gestão com o INEA, o que isenta a
52 AGEVAP desta responsabilidade, mas se o Comitê decidir que existe interesse de inserir esta demanda, o próprio
53 contrato prevê em suas cláusulas a suplementação de valores para a elaboração de projetos. Assim, se o Comitê
54 fizer esta requisição e ela for aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), os recursos podem
55 ser repassados para a Agência para que ela exerça também esta função. O Presidente do CA tomou como exemplo o

56 contrato do INEA para atendimento do Comitê Guandu, que tem usado esses mecanismos para agilizar os
57 processos, deliberando quais são os projetos, e repassando o recurso para a AGEVAP atuar como agência
58 executora. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms disse que é muito importante que o Comitê separe a função operacional,
59 função que é executada pela Agência no contrato, da função deliberativa, que é a função do Comitê. O Sr. José
60 Carlos salientou que o Comitê apenas preocupa-se com o acompanhamento dos projetos, para que não aconteçam
61 os mesmos problemas que ocorreram com os de Teresópolis. O Conselheiro Sr. Juarez de Magalhães questionou se
62 este problema já havia sido levado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Diretor Presidente do Comitê
63 Piabanha informou que não. O Presidente do CA sugeriu então que o assunto fosse encaminhado ao CERHI, uma
64 vez que a AGEVAP não pode intervir nesta ação. O Diretor Presidente do Comitê Piabanha colocou outra
65 preocupação com relação ao fato de o Comitê não conseguir trazer os agricultores para participar do Comitê, uma
66 vez que eles são os mais impactados. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, informou existir
67 um caminho para resolver este problema, que é a compensação financeira. Ele disse que o recurso pago pelo INEA
68 tem funcionado com os outros Comitês Fluminenses, e citou, por exemplo, o CEIVAP que fez uma deliberação
69 para que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) recebam ajuda de custo para participarem das reuniões. O
70 Coordenador disse que o mesmo poderia ser feito pelo Comitê Piabanha para trazer os agricultores. O Diretor
71 Presidente do Comitê Piabanha ressaltou a importância da socialização destes dados, uma vez que o Comitê ainda
72 está começando e o esclarecimento é importante para todos. O Presidente do Conselho de Administração lembrou
73 mais uma vez, que o caminho para resolver estas questões está nas mãos do Comitê, pois são eles que possuem o
74 poder de decisão. Em seguida, o Conselheiro Sr. Paulo Teodoro pediu a palavra e fez um breve resumo sobre a
75 gestão de recursos hídricos e sua forma descentralizada e participativa. Finalizou opinando sobre a situação dos
76 projetos em Teresópolis, afirmando que se os projetos não estão de acordo com que o Comitê que a falha estaria no
77 Edital ou em sua execução. Disse também que se o Comitê não aceitar esse projeto é preciso que ele exponha suas
78 questões sobre o assunto informando seu parecer e dizendo que não irá aprová-lo da forma como está sendo
79 colocado. O Presidente do CA apontou mais dois problemas que são visíveis, o primeiro é que o modelo híbrido
80 como uma experiência inicial foi válido, mas que agora está apresentando problema. O outro seria com relação à
81 capacitação dos membros dos Comitês, situação que caberá a AGEVAP uma articulação com os demais Comitês,
82 para iniciar um projeto de realização de reuniões conjuntas, a fim de trocar experiências. O Presidente falou do
83 Comitê Guandu que teve 11 (onze) ações repassadas para a AGEVAP, fora do contrato de gestão, embora tenha o
84 mesmo modelo de contrato que os Comitês Fluminenses. O Sr. Wallace Serafim Pavão, Administrador do
85 GEAGUA/DIGAT/INEA, esclareceu que esses projetos eram demandas reprimidas do Comitê Guandu. O
86 Coordenador de Gestão, Hendrik Mansur, informou que esses 11 (onze) projetos ainda não tinham sido iniciados. O
87 Diretor Presidente do Comitê Piabanha sugeriu a ideia de criar um Fórum com todos os Comitês de Bacias, para
88 que essas informações e experiências possam ser trocadas e, a partir daí, outras soluções possam surgir para os
89 problemas individuais de cada Comitê. **ENCAMINHAMENTO 1** - *O Presidente do CA recomendou ao Diretor-*
90 *Executivo da AGEVAP que sejam reunidos os cinco comitês, a fim de proporcionar uma troca de experiências*
91 *objetivando elevar o nível de conhecimento de todos.* O Sr. Wallace questionou os integrantes do Comitê Piabanha
92 se após a realização da oficina de planejamento e dos produtos obtidos, já havia sido feito o detalhamento desses
93 resultados, pois baseado neles e por saber a forma operacional, o segundo passo seria apenas conversar com a
94 AGEVAP. O Presidente do CA informou existir o recurso da compensação hidrelétrica do Estado que passou a ser
95 administrada pelo INEA, e que está sendo utilizado para promover ações nos Comitês que tenham menos condições
96 financeiras, mas que pela falta de conhecimento poucos estão usando este dinheiro. O Sr. Wallace complementou
97 dizendo que este recurso do Fundo é alocado na conta para custear administrativamente os Comitês. Finalizado esse
98 assunto o Conselho deu prosseguimento a outro tópico. **2 – ATENDIMENTOS ESPECÍFICOS: PESSOAL,**
99 **LOGÍSTICA E APOIO DA SECRETARIA EXECUTIVA (AGEVAP) PARA O COMITÊ.** Iniciando o
100 segundo item da reunião, o Presidente do CA, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, pediu aos membros do Comitê
101 Piabanha que informassem a situação operacional na Unidade Descentralizada (UD) e as necessidades e demandas
102 para a Secretaria Executiva. Disse também que esta avaliação é importante para uma futura negociação do contrato
103 de gestão. O Diretor Presidente do Comitê Piabanha explicou que o escritório está funcionando dentro de uma
104 faculdade, em Teresópolis, e atende as necessidades do Comitê, e que ainda tem o apoio da faculdade na liberação
105 de auditórios e equipamentos para as reuniões. O Sr. David Michael Miller voltou a falar sobre o planejamento da
106 oficina, dizendo que foram levantados vários pontos importantes e que será feito um relatório, em ordem de
107 prioridade, para serem repassadas as demandas que cabem à AGEVAP. Disse também que a partir dessa oficina foi
108 identificada a necessidade de se investir em mobilização social e sugeriu que nas reuniões conjuntas, que
109 acontecerão com os demais Comitês, seja distribuída uma cartilha simples e/ou filmes educativos. Que os filmes
110 poderiam ser exibidos nas cidades que estão na área de atuação do Comitê e, principalmente, um material que

111 poderia ser utilizado por todos, não apenas pelo Piabanha. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik
112 Mansur, informou aos Conselheiros e demais presentes que foi entregue um Plano de Comunicação para o Comitê
113 que será analisado pela Câmara Técnica, e sugeriu que o filme seja incluído nele. Sugeriu que os materiais de
114 mobilização como, por exemplo, a cartilha sirvam de forma comum a todos e que sejam feitos com os recursos da
115 compensação hidrelétrica do Estado, repassados ao INEA. Sobre a cartilha, o Administrador
116 GEAGUA/DIGAT/INEA, Sr. Wallace Serafim Pavão, disse que caso o material seja enviado pronto, apenas para a
117 impressão, ficaria ainda mais fácil para o INEA fazer o produto. O Presidente do CA aprovou a ideia da produção
118 dos materiais para mobilização social e disse que este tipo de ação é fácil de ser feita e que já existem materiais
119 prontos que podem ser copiados, mas para que sejam feitos é necessário que os Comitês façam uma deliberação
120 destinando recursos para este tipo de ação. **ENCAMINHAMENTO 2** – *O Conselho recomendou que a AGEVAP*
121 *verifique a possibilidade de produzir cartilhas e filmes educativos para os Comitês.* O Sr. José Carlos Lemgruber
122 Porto pediu que seja criado um banco de dados para socializar essas informações e que todos os comitês dividam
123 esse custeio. **3. DADOS PARA O PLANO DE BACIA.** O Diretor Administrativo do Comitê Piabanha informou
124 que existe um planejamento para realização de reuniões em cada município da bacia abrangida pelo Comitê, com o
125 objetivo de fazer uma pesquisa para a apuração de diversas informações, como mobilização, cadastro de usuários e
126 também levantar dados de cada município para o Plano de Bacia. Ele pediu a orientação sobre como essas
127 informações podem ser repassadas, a título de contribuição, para a empresa que será contratada para executar o
128 Plano. Foi explicado pelo Sr. Hendrik Mansur que o Coordenador de Núcleo, que está alocado dentro do Comitê
129 Piabanha, pode e deve participar dessas reuniões, desde que elas sejam programadas e não prejudique o trabalho do
130 próprio Comitê. Outra consideração foi que o Plano de Bacia vai contratar uma empresa para levantar os dados,
131 mas que se as informações obtidas das prefeituras forem importantes não existiria problema em serem repassadas
132 para a AGEVAP, desde que estes detalhamentos venham de uma fonte oficial. Mais uma vez foi colocada a questão
133 operacional e deliberativa pelo Presidente do CA, que explicou que as reuniões são de responsabilidade do Comitê
134 e que após as coletas dos dados, as informações seriam repassadas para a AGEVAP, que a partir de então tomaria
135 as devidas providências sobre o material. O Conselheiro Sr. Juarez de Magalhães questionou se o Termo de
136 Referência faz menção de que a coleta de dados seja feita pela empresa contratada. O Coordenador de Gestão da
137 AGEVAP afirmou que sim, mas ressaltou que os dados gerados pelas reuniões do Comitê ajudariam numa apuração
138 mais aprofundada. A Conselheira Suleide Prado lembrou que qualquer empresa antes de iniciar uma coleta de
139 dados irá procurar saber se já existem informações compiladas e, a partir daí, irá buscar as demais e verificar a
140 veracidade das já existentes, facilitando assim o serviço. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro fez uso da palavra
141 colocando algumas considerações sobre os itens discutidos e destacou a necessidade de se ter uma melhor
142 informação técnica sobre o assunto. Disse que existe a necessidade de haver mais agilidade na aplicação dos
143 recursos e também a análise de cada setor dentro do sistema, para a priorização do que realmente é importante. O
144 Sr. José Carlos Lemgruber Porto questionou a aplicação dos recursos que estão parados no Fundo Estadual de
145 Recursos Hídricos. O Presidente do CA disse que essa é uma situação que precisa ser revertida pelos Comitês, por
146 meio da geração de demandas e deliberações. O Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA, informou existir uma
147 preocupação sobre este assunto e que é necessária uma motivação junto aos Comitês, para que os R\$
148 100.000.000,00 (cem milhões) que estão no FUNDRI não fiquem sem aplicação. Os representantes do Comitê
149 Piabanha disseram que ainda estão sufocados com alguns passivos, mas que agora o Comitê já está começando a
150 produzir mais demandas para a sua Secretaria Executiva. Outro assunto abordado na reunião foi a questão da
151 drenagem urbana, tema discutido entre o Sr. Friedrich Wilhelm Herms e o Sr. José Carlos Lemgruber Porto. Mais
152 uma vez o Diretor-Presidente do Comitê Piabanha colocou a dificuldade que sente com a falta de troca de
153 experiências que deram certo, bem como dados importantes como as deliberações. O Presidente do CA disse que a
154 AGEVAP vai se dedicar a sanar estas dificuldades e solicitou que o Comitê também se comprometa a perguntar
155 mais. Em seguida, foi colocada em pauta a participação dos Comitês e da Agência no evento “Rio+20”, que
156 acontecerá no mês de junho, na cidade do Rio de Janeiro. O Presidente do CA disse que não cabe a participação da
157 Agência no evento, mas sim dos Comitês, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Órgão Gestor Estadual. O Sr.
158 Wallace informou que haverá um estande do INEA especificamente dedicado aos Comitês de Bacias. Outra dúvida
159 apontada pelos integrantes do Comitê foi sobre a possibilidade de realização de um seminário com o tema
160 Drenagem Urbana, proposto por um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também sugeriu que
161 a realização do evento não fosse só do Comitê Piabanha, mas com a integração de outros Comitês. A dúvida é se a
162 realização desta ação deveria ser feita por meio da AGEVAP ou pelo próprio Comitê. O Presidente do CA
163 esclareceu que, primeiramente, seria necessário consultar os demais Comitês para verificar o interesse deles e, após
164 a decisão, duas opções poderiam ser tomadas sobre o assunto: a primeira seria contratar uma empresa de eventos
165 para promover o seminário, a segunda seria contratar a AGEVAP para fazer execução. Outras dúvidas sobre

166 projetos foram sanadas durante a reunião. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro pediu a palavra e lembrou a todos qual
167 era o objetivo real da reunião: conhecer a realidade dos comitês para os quais a AGEVAP presta serviço, conhecer
168 suas dúvidas, para que a Agência possa se preparar melhor no atendimento e oferecer um serviço de qualidade. O
169 Sr. Friedrich Wilhelm Herms reafirmou a colocação do Conselheiro Paulo Teodoro dizendo que a Agência pode
170 ajudar desde que os Comitês informem suas necessidades, o que querem, como querem, e que esta postura pode ser
171 tomada sempre que existir qualquer tipo de dificuldade. ENCAMINHAMENTO 3 – *O Presidente do Conselho de*
172 *Administração recomendou que as informações e ações entre os demais Comitês sejam divulgadas visando à*
173 *integração, seja por meio de sites, mala direta ou outros meios, desde que facilitem o acesso aos dados.* Nada mais
174 havendo a tratar, o Presidente Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a
175 presente ata sido lavrada por mim, Gisela Sanches de Souza, secretária *ad hoc*. E, depois de aprovada, foi assinada
176 pela pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que presidiu a
177 reunião.

178
179
180
181

182 **Rio de Janeiro, 26 de abril de 2012**

183
184
185
186
187
188
189

Friedrich Wilhelm Herms
Presidente do Conselho de Administração